

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS ITAQUI  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**

**JÉSSICA KETELIN CONCEIÇÃO TOBIAS**

**SISTEMATIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO  
RURAL (SEPER): ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE  
ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DE CHIAPETTA/RS (PAASP)**

**Itaqui, RS, Brasil**

**2023**

**JÉSSICA KETELIN CONCEIÇÃO TOBIAS**

**SISTEMATIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (SEPER): ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CHIAPETTA/RS (PAASP)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Agronomia da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), como requisito parcial para obtenção do grau de Engenheiro Agrônomo.

Orientador: Profº. Drº. Vinicius Piccin Dalbianco

**Itaqui, RS, Brasil**

**2023**

T629s Tobias, Jéssica Ketelin Conceição

Sistematização de práticas de assistência técnica e extensão rural (SEPER): análise da política pública de aquisição de alimentos da agricultura familiar para servidores públicos municipais de Chiapetta/RS (PAASP) / Jéssica Ketelin Conceição Tobias.

51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)- Universidade Federal do Pampa, AGRONOMIA, 2023.

"Orientação: Vinicius Piccin Dalbianco".

1. Introdução. 2. Revisão de literatura. 3. Apresentação da pesquisa e Análise dos resultados. 4. Considerações finais . I. Título.


**JÉSSICA KETELIN CONCEIÇÃO TOBIAS**

**SISTEMATIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E  
EXTENSÃO RURAL (SEPER): ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO  
DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DE CHIAPETTA/RS (PAASP)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Agronomia da Universidade Federal do  
Pampa (UNIPAMPA), como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
Engenheiro Agrônomo.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 23 de novembro  
de 2023.

Banca examinadora:


Documento assinado digitalmente  
 VINICIUS PICCIN DALBIANCO  
Data: 13/12/2023 17:36:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profº. Drº. Vinicius Piccin Dalbianco  
Orientador  
Curso de Agronomia - UNIPAMPA

---

Me. Dhonathã Santo Rigo

Documento assinado digitalmente  
 ELOIR MISSIO  
Data: 14/12/2023 15:59:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profº. Drº. Eloir Missio  
Curso de Agronomia - UNIPAMPA

## AGRADECIMENTO

Sem a direção dada por Deus, a conclusão deste trabalho não seria possível. Por causa disso, dedico esta monografia a ele. Com muita gratidão no coração. Por isso, agradeço a Deus por guiar meus passos e iluminar minha jornada acadêmica. Por sempre colocar pessoas maravilhosas no meu caminho, onde algumas delas serviram como minha rede de apoio.

Agradeço imensamente à minha rede de apoio que, com carinho e dedicação, cuidaram da minha filha Ágatha. Com muito amor e atenção, isso foi fundamental para que eu pudesse focar nos estudos e nos desafios acadêmicos. Minha filha Ágatha é a estrela que ilumina minha vida, sendo uma inspiração por trás de cada esforço e a razão pela minha persistência.

À minha família, meus irmãos, Roberto Tobias e Andersson Tobias, em especial à minha mãe, Consuela Tobias, seu apoio incondicional e amor foram a âncora que me manteve firme. Ao meu marido, Jorge Hipólito, agradeço por seu companheirismo e apoio.

Às minhas amigas que tornaram os anos da graduação mais alegres e leves, em especial a Camila da Silva Alderete, que caminhou ao meu lado desde o início da graduação, agradeço por cada palavra de incentivo, pelos momentos de riso e por ser uma presença tão positiva em minha vida.

Meu orientador, cuja orientação foi crucial para o desenvolvimento deste trabalho, merece meus sinceros agradecimentos. Sua dedicação e conhecimento foram fundamentais para meu crescimento acadêmico.

À equipe técnica da Emater, que contribuiu significativamente durante o processo, expressei minha gratidão. Pois também proporcionou a oportunidade de conhecer uma nova realidade e registrá-la.

À Universidade Federal do Pampa, agradeço por ser o alicerce da minha formação profissional. Cada aula, desafio e conquista foram moldados por esta instituição que se tornou minha segunda casa.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte desta jornada, o meu mais profundo agradecimento. Cada palavra de incentivo, cada desafio superado, contribuiu para meu crescimento. Este é um momento de celebração e reflexão, e sou grata por cada pessoa que fez parte dessa trajetória.

“A única utopia que os agricultores carregam consigo é a utopia da esperança. Esperança que dias melhores virão, que o suor de seu trabalho seja valorizado, que sua contribuição social seja, de fato, reconhecida.”

Ezequiel Redin

## RESUMO

### **SISTEMATIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (SEPER): ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CHIAPETTA/RS (PAASP)**

O presente trabalho analisa os resultados proporcionados pela Sistematização de Experiência de Prática de Extensão Rural (SEPER) no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos para Servidores Públicos (PAASP) de Chiapetta/RS. É um estudo abrangente que busca analisar e documentar em detalhes a implementação e os resultados desse programa, como também relatar as práticas de extensão rural no contexto específico do município de Chiapetta, localizado no Rio Grande do Sul. A SEPER foi executada pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Rural (GIEDER). SEPER foi construída a partir de diferentes etapas onde a pesquisa consistiu em formação junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) local; viagem de estudos para compreender a dinâmica do PAASP; seleção dos entrevistados, com o intuito de proporcionar uma visão abrangente das práticas de extensão rural. Durante a coleta de dados, a diversidade de alimentos fornecidos pelo programa ficou evidente, contribuindo para a segurança alimentar. O estudo é composto por uma contextualização da região de Chiapetta, ressaltando o cenário socioeconômico e as condições que motivaram a adoção do programa. A SEPER, foi fundamentada em uma metodologia detalhada, seguindo das visitas em diferentes atores do programa, como agroindústrias, produtores familiares, a prefeitura e locais de entrega. Destacou-se o fortalecimento efetivo da agricultura familiar, com resultados positivos na segurança alimentar dos servidores públicos beneficiados. O estímulo à produção local foi evidente, refletindo na redução do êxodo rural e no apoio às práticas agrícolas sustentáveis. A análise dos dados coletados durante a SEPER proporcionou insights valiosos sobre o papel transformador do PAASP, delineando um cenário de contribuição efetiva para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Desenvolvimento local, Impactos Sociais e Econômicos, Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

### **SYSTEMATIZATION OF TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION PRACTICES (SEPER): ANALYSIS OF THE PUBLIC POLICY FOR FOOD ACQUISITION FROM FAMILY FARMING FOR MUNICIPAL PUBLIC SERVANTS IN CHIAPETTA/RS (PAASP)**

This work analyzes the results provided by the Systematization of Rural Extension Practice Experience (SEPER) in the context of the Food Acquisition Program for Public Servants (PAASP) of Chiapetta/RS. It is a comprehensive study that seeks to analyze and document in detail the implementation and results of this program, as well as reporting rural extension practices in the specific context of the municipality of Chiapetta, located in Rio Grande do Sul. SEPER was carried out by the Interdisciplinary Group of Studies in Rural Development (GIEDER). SEPER was built from different stages where the research consisted of training with the local Technical Assistance and Rural Extension Company (EMATER); study trip to understand the dynamics of PAASP; selection of interviewees, with the aim of providing a comprehensive view of rural extension practices. During data collection, the diversity of foods provided by the program became evident, contributing to food security. The study consists of a contextualization of the Chiapetta region, highlighting the socioeconomic scenario and the conditions that motivated the adoption of the program. SEPER was based on a detailed methodology, following visits to different actors in the program, such as agribusinesses, family producers, city hall and delivery locations. The effective strengthening of family farming was highlighted, with positive results in food security for public servants who benefited. The stimulus to local production was evident, reflected in the reduction of rural exodus and support for sustainable agricultural practices. The analysis of data collected during SEPER provided valuable insights into the transformative role of PAASP, outlining a scenario of effective contribution to the socioeconomic and environmental development of the region.

**Keywords:** Family Farming, Local Development, Social and Economic Impacts, Public Policies.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reunião da equipe do GIEDER com o técnico da Emater	18
Figura 2 – Reunião com os técnicos da EMATER em Chiapetta/RS	19
Figura 3 – Unidades de produção visitadas (agroindústria de ovos)	20
Figura 4 – Unidades de produção visitadas (Produção de hortaliças)	20
Figura 5 – Coletas de registros audiovisuais	21
Figura 6 –Dados sobre o município de Chiapetta	22
Figura 7 – Linha do Tempo da SEPER do PAASP	32
Figura 8 – Seu Alcídio produtor de hortaliças	37
Figura 9 – Placa de identificação da EMATER	38
Figura 10 – Dona Terezinha produtora de hortaliças	39

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Alimentos entregues no PAASP em 2023	35
Quadro 2 – Itens da UFPA que compõem a cesta básica do PAASP 2023	35

## LISTA DE ABREVIATURAS

n.º – número

Prof.º – professor

Dr.º – doutor

etc. – et cetera

p. – página

cap. – capítulo

v. – volume

art. – artigo

## **LISTA DE SIGLAS**

SEPER - Sistematização de Experiência de Prática de Extensão Rural

PAASP - Programa de Aquisição de Alimentos para Servidores Públicos

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

CDS - Compra com Doação Simultânea

GIEDER - Grupo Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Rural

UFMS - Universidade Federal de Santa Maria

UFPA - Unidade Familiar de Produção Agrária

CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural

EUA - Estados Unidos

ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 Método.....	15
1.1.1 A Sistematização de Práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (SEPER).....	16
1.1.2 Método utilizado para a construção da SEPER PAASP.....	17
1.1.3 Aspectos gerais do município de Chiapetta - RS (local do estudo).....	21
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>23</b>
2.1 Políticas Públicas e agricultura familiar no Brasil.....	23
2.2 Assistência técnica e extensão rural (ATER) no Brasil.....	25
2.3 Fundamentos da sistematização de experiências.....	28
2.3.1 Origem da Sistematização de Experiências.....	28
2.3.2 Objetivos da Sistematização de Experiências.....	28
2.3.3 O sentido da Sistematização de Experiências.....	29
<b>3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>29</b>
3.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	29
3.2 PAASP em Chiapetta.....	31
3.4 Práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural para a consolidação do PAASP..	37
3.5 Perspectiva dos envolvidos (extensionistas, produtores e servidores públicos) sobre a existência da política pública de aquisição de alimentos no município de Chiapetta....	39
3.6 Impactos do PAASP.....	41
3.7 Limites do PAASP.....	42
3.8 Potencialidades do PAASP.....	43
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é composta de pequenos produtores rurais, pecuárias familiares, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (MAPA, 2020). Esse modelo de agricultura pressupõe que a gestão da propriedade seja realizada pela própria família produtora e que a atividade agropecuária constitua sua principal fonte de renda e que não possua área maior do que 4 módulos fiscais, como prevê a Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006.

Conforme o último levantamento do Censo Agropecuário de 2017 – 2018, a agricultura familiar representava 76,8% dos estabelecimentos rurais do Brasil, dos 5 milhões de estabelecimentos agropecuários no país cerca de 80% (cerca de 3,9 milhões) são considerados familiares (IBGE, 2019). Esses números ressaltam a importância e o peso da agricultura familiar, além de demonstrar que pode ser considerada a espinha dorsal da produção de alimentos no Brasil.

Segundo Cunha et al., (2017), a agricultura familiar ganhou reconhecimento a partir da década de 1990, com a criação de políticas públicas (acesso ao crédito, terra, seguro agrícola, moradia, auxílio à comercialização, entre outros) voltadas para esse modelo de produção. Nos anos 2000 surgiu um conjunto de ações governamentais voltadas para a agricultura familiar, cujas peculiaridades exerceram influência significativa em várias funções.

Esses conjunto de ações são determinadas por Grisa e Schneider (2014) como uma nova geração de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, onde os programas de compra institucional de alimentos dos agricultores familiares de destaca por criar cadeias curtas de comercialização e aproximar produtores e consumidores como forma de fortalecer a segurança alimentar e ampliar a renda dos produtores.

Uma das políticas públicas de alimentação é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>1</sup>, criado em 2003 (Brasil, 2003). Com o objetivo principal garantir a compra direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar, contribuindo para a geração de renda no campo e para o combate à fome e à pobreza. A sua principal modalidade de atuação é a compra com doação simultânea (CDS), para entidades que atendem a pessoas em situação de vulnerabilidade social. De modo geral, ao

---

<sup>1</sup> A Lei 14.628/23, retoma o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

longo dos anos, o PAA-CDS vem estimulando a diversificação produtiva, demonstrado por Sambuichi et al. (2022).

Neste trabalho realizou-se uma análise da Sistematização de Práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (SEPER) onde são explorados os desafios enfrentados, as estratégias adotadas, os resultados alcançados e as lições aprendidas de uma experiência. Ao final do processo, é esperado um panorama claro e enriquecedor da prática em questão, fornecendo subsídios para aprimoramentos futuros e inspirando outras iniciativas a alcançarem resultados ainda mais impactantes (JARA, 2006). A SEPER é sobre a construção e implementação do Programa de Aquisição de Alimentos para Servidores Públicos (PAASP).

O PAASP foi criado em Chiapetta no final do ano de 2017 e leva em consideração a LEI MUNICIPAL n.º 245, DE 28/08/2001 que previa o fornecimento de cesta básica aos servidores públicos, e pode ser conceituada como um amadurecimento de uma Política Nacional (Programa de Aquisição de Alimentos — PAA) porém promovido no âmbito municipal Chiapetta/RS. Essa política consiste na compra de itens da agricultura e agroindústrias familiares do município para compor uma cesta básica direcionada aos servidores públicos municipais.

No município de Chiapetta, além da agricultura familiar, também possui assentamentos que produzem alimentos e vendem para o PAASP. Os assentamentos rurais visam garantir o acesso à terra e à moradia adequada a grupos populacionais que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica. Esses grupos podem incluir trabalhadores rurais sem terra, populações tradicionais e outros segmentos que vivem em áreas urbanas ou rurais (DALBIANCO, 2018).

Semelhante aos princípios do PAA Nacional, o PAASP assegura instrumentos de compra da agricultura familiar, impactando, não somente na agricultura familiar, mas garantindo o acesso a alimentos produzidos localmente, parte deles certificados como orgânicos.

É importante destacar que políticas públicas, como o PAASP, têm o potencial de fortalecer ainda mais a agricultura familiar. O apoio a esses pequenos produtores não apenas ajuda a garantir uma fonte de renda confiável, mas também contribui para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais. Dessa forma, o PAASP, ao promover a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, está

alinhado com a realidade agrícola do Brasil e suas necessidades, tornando-se uma iniciativa valiosa no cenário nacional.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os resultados sistematizados pela SEPER PAASP de Chiapetta/RS. Para atingir essa meta, os objetivos específicos foram delineados, buscando investigar a implementação do PAASP, destacando seu marco histórico e políticas que fundamentaram sua criação. Em seguida, pretende-se sistematizar as práticas de extensão rural associadas ao programa, identificando a participação de diferentes atores, como agricultores familiares, agroindústrias e a prefeitura. Além disso, será realizada uma avaliação do impacto do PAASP na agricultura familiar, abordando o fortalecimento socioeconômico e a promoção da produção local. A análise abrangerá resultados e limites do programa, considerando desafios iniciais, aceitação dos beneficiários e possíveis acomodações por parte dos produtores. Ao final, este estudo pretende evidenciar que a implementação de programas como o PAASP não apenas é viável, mas também crucial para fortalecer as Unidades Familiares de Produção Agrária.

### 1.1 Método

Vale ressaltar que este trabalho consiste em uma análise da SEPER realizada pelo grupo GIEDER, partindo dos pontos importantes para a implementação, incluindo sua trajetória histórica, destacando os eventos significativos e as alterações de políticas públicas que influenciaram na dinâmica do PAASP.

O estudo foi realizado com apoio da entidade local, EMATER (Empresa de assistência técnica e extensão rural), os agricultores que participaram do PAASP no município de Chiapetta - RS no ano de 2023 e os servidores públicos beneficiários.

A análise da SEPER no PAASP de Chiapetta/RS introduziu uma abordagem abrangente para avaliar o impacto e a eficácia do programa. Inicialmente, uma revisão bibliográfica substancial foi conduzida, explorando trabalhos acadêmicos e literatura relevante sobre programas similares e a importância da extensão rural. Definindo objetivos claros, a metodologia envolve visitas de estudo aos locais envolvidos no PAASP, entrevistas estruturadas com agricultores, extensionistas, servidores públicos e outras partes interessadas, bem como análise documental.

De acordo com Gil (2017), a pesquisa descrita pode ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa. Ela utiliza métodos qualitativos, pois inclui descrições verbais. Para a obtenção dos dados, foram realizadas pesquisas



documentais e entrevistas semiestruturadas. Além disso, a pesquisa consultou fontes primárias e secundárias (MARCONI; LAKATOS, 2002). Essa abordagem mista de métodos quantitativos e qualitativos é comum em pesquisas que buscam uma compreensão mais abrangente e aprofundada de um determinado evento.

### 1.1.1 A Sistematização de Práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (SEPER)

A SEPER é uma abordagem essencial na análise e no aprimoramento das ações de extensão rural em contextos diversos. Consiste em um processo sistemático de coleta, organização, análise e interpretação de informações sobre práticas de extensão desenvolvidas em determinada região ou contexto. A SEPER visa não apenas documentar essas práticas, mas também entender profundamente o seu impacto, identificar lições aprendidas e fornecer subsídios para a melhoria contínua das atividades de extensão rural.

Nesse processo, são utilizadas diferentes técnicas de pesquisa, como entrevistas com extensionistas rurais, agricultores e demais atores envolvidos, revisão de documentos, observação direta no campo e análise de dados quantitativos e qualitativos. A SEPER não se limita a destacar apenas os sucessos, mas também os desafios enfrentados durante a implementação das práticas de extensão.

Ao sistematizar essas experiências, busca-se identificar estratégias eficazes, bem como possíveis áreas de aprimoramento. Os resultados da SEPER podem ser valiosos para a formulação de políticas públicas, a elaboração de novos programas de extensão rural e o fortalecimento das parcerias entre instituições de pesquisa, governo e comunidades rurais. A principal contribuição da Sistematização de Práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural, consiste em fornecer elementos que possibilitam a compreensão das práticas e colaboram para sua difusão, influenciando outros contextos. Ela desempenha um papel fundamental ao auxiliar na compreensão do processo do "fazer", ou seja, na construção de uma experiência vívida. Essa abordagem sistemática permite não apenas entender as ações realizadas, mas também oferece insights importantes que podem ser aplicados e adaptados em diferentes situações e ambientes.

### 1.1.2 Método utilizado para a construção da SEPER PAASP

O estudo foi realizado com apoio da entidade local, EMATER (Empresa de assistência técnica e extensão rural), os agricultores que participaram do PAASP no município de Chiapetta — RS no ano de 2023 e os servidores públicos beneficiários. O trabalho foi desenvolvido pelo projeto “Implantação do SIGRA no programa da ATER para assentamentos de reforma agrária”, do Termo de Execução Descentralizado entre INCRA, UFSM - Universidade Federal de Santa Maria e pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Rural (GIEDER)<sup>2</sup> da Unipampa Campus Itaquí. Além de ter como base os referenciais previstos nas pesquisas bibliográficas e exploratórias, além de referências bibliográficas e documentos sobre o método de sistematização e o tema de Extensão Universitária.

As ações de extensão universitária são medidas institucionais que possibilitam o contato direto de professores e estudantes com a realidade social e que buscam, com isso, qualificar os processos de ensino e de aprendizagem nos cursos de graduação e Pós-Graduação. A extensão universitária contribui para que questões que determinam a organização da sociedade sejam discutidas no processo de ensino e aprendizagem, de modo a estimular o imbricamento entre os conhecimentos abordados nas matrizes curriculares dos cursos e a realidade vivenciada nas comunidades.

As atividades de extensão cumprem uma função primordial, pois significam espaços de interação entre a universidade e a sociedade, possibilitando que a primeira compreenda os problemas vivenciados pela segunda e, desse modo, possa-se atuar no sentido de contribuir com seu enfrentamento. Por conta disso, a extensão institui-se como forma de produção de um conhecimento histórico e socialmente situado, contribuindo significativamente para o desenvolvimento regional.

De acordo com Gil (2017), a pesquisa descrita pode ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa. Ela utiliza métodos quantitativos, uma vez que

---

<sup>2</sup> O Grupo Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento - GIEDER é um grupo de trabalho de extensão e pesquisa que reúne estudantes e pesquisadores da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. O grupo tem por objetivo promover estudos e pesquisas interdisciplinares sobre a realidade agrícola e agrária com vistas a contribuir para a promoção do desenvolvimento rural. As atividades do grupo versam sobre estudos da realidade da Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais e Assentamentos de Reforma Agrária, com ênfase na produção do conhecimento sobre sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, articulando os campos da Segurança Alimentar e Nutricional e Extensão Rural e das políticas públicas voltadas para o campo.

apresenta resultados numéricos, e métodos qualitativos, pois inclui descrições verbais. Para a obtenção dos dados, foram realizadas pesquisas documentais e entrevistas semiestruturadas com questionários. Além disso, a pesquisa consultou fontes primárias e secundárias (MARCONI; LAKATOS, 2002). Essa abordagem mista de métodos quantitativos e qualitativos é comum em pesquisas que buscam uma compreensão mais abrangente e aprofundada de um determinado evento.

Diante disso foram seguidos alguns passos para a construção da SEPER: O primeiro passo crucial nesse processo de sistematização foi uma viagem de estudos a essa localidade realizada no dia 2 de junho de 2023 com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a experiência em questão. Durante a viagem, nossa equipe teve a oportunidade de imergir na realidade local e interagir com os atores-chave, sendo um passo fundamental para estabelecer conexões com as partes interessadas locais e ganhar a confiança da comunidade; o segundo passo foi a participação do grupo em uma formação conduzida pelo técnico da EMATER, Dhonathã Rigo, responsável pela unidade de Chiapetta, na Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA- Campus Itaqui (figura 1). Essa formação foi fundamental para conhecer o contexto de trabalho, as práticas de extensão rural existentes na região e entender as peculiaridades do PAASP em Chiapetta, proporcionando uma base sólida para a pesquisa.

Figura 01. Reunião da equipe do GIEDER com o técnico da Emater.



Fonte: A autora, 2023

O terceiro passo consistiu na organização das visitas para coleta de informações, para isso realizou-se um trabalho de campo durante o período de uma semana, na qual o GIEDER de descolou e permaneceu no município de Chiapetta/RS do dia 07 de agosto até o dia 11 de agosto de 2023. O levantamento dos agricultores participantes do PAASP e dos outros agentes envolvidos foi realizado junto ao escritório da EMATER (figura 2). Após, foram selecionados os locais que seriam visitados e as pessoas que seriam entrevistadas. Foi realizada uma seleção cuidadosa dos entrevistados que se baseou na necessidade de abranger uma diversidade de perspectivas, experiências e papéis-chave no programa, visando garantir uma representação abrangente do programa, incluindo diferentes perspectivas e aspectos do PAASP. Os locais escolhidos incluíram uma agroindústria de ovos, duas unidades de produção de hortaliças, a prefeitura e o local de entrega dos alimentos.

Figura 02. Reunião com os técnicos da EMATER em Chiapetta/RS.



Fonte: A autora, 2023

O quarto passo foi as visitas aos locais selecionados e as unidades de produção que participam do PAASP, como demonstra a figura 3 e 4. Durante as visitas realizou-se conversas com os agricultores de hortaliças que participam do programa, servidores públicos, gestores do programa na prefeitura e observações

diretas das operações. Essa imersão permitiu uma compreensão mais profunda da dinâmica do programa e a coleta de informações em primeira mão.

Figura 03. Unidades de produção visitadas (agroindústria de ovos).



Fonte: A autora, 2023

Figura 04. Unidades de produção visitadas (Produção de hortaliças).



Fonte: A autora, 2023

O quinto passo foi a coleta de informações detalhadas durante as visitas de campo, às coletas das informações ocorreram por meio de entrevistas, observações, registros fotográficos e registros audiovisuais (figura 5). As entrevistas foram direcionadas para instigar um diálogo, com o intuito de obter as informações mais

detalhadas. Os agricultores foram entrevistados a fim de buscar entender suas experiências com o PAASP, incluindo como o programa os beneficiou e qualquer apoio que tenham recebido dos extensionistas rurais. Os servidores públicos foram entrevistados para discutir como o programa impacta suas vidas e como vêem seu papel na promoção da agricultura familiar. A conversa com a prefeitura foi realizada para obter informações sobre como o programa foi implementado. Já o acompanhamento e conversa com os técnicos da EMATER proporcionou realizar a sistematização de suas práticas realizadas à frente do programa.

Figura 05. Coletas de registros audiovisuais.



Fonte: A autora, 2023

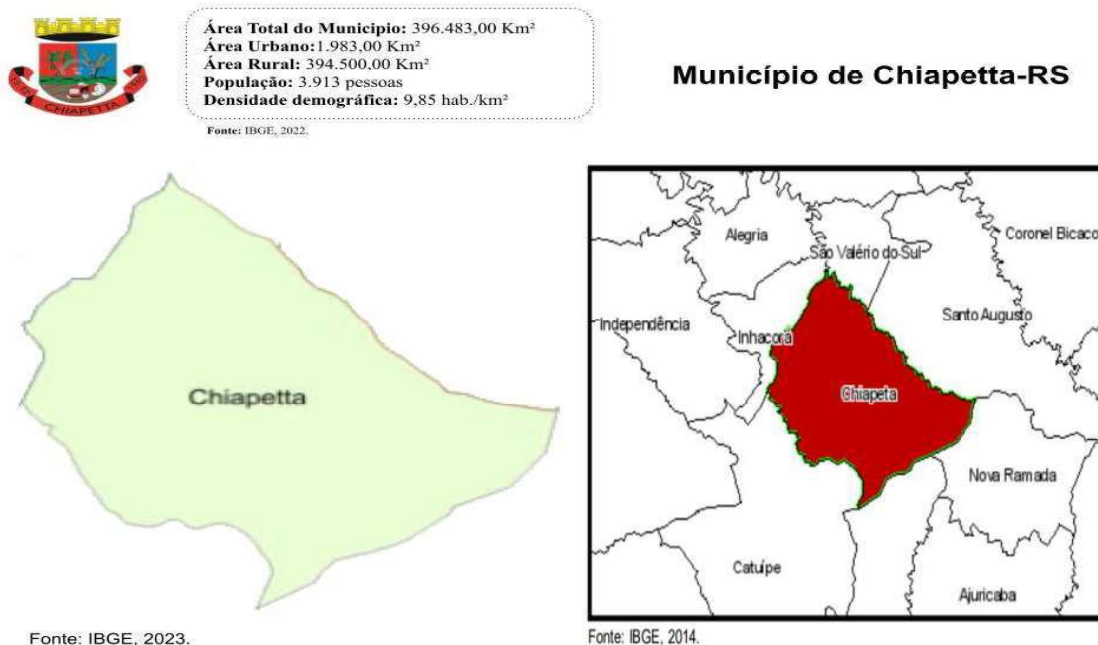
### 1.1.3 Aspectos gerais do município de Chiapetta - RS (local do estudo)

O município de Chiapetta pertence à região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul - Microrregião de Ijuí e distante a 480 km da capital do estado, Porto Alegre. Os limites geográficos confrontam com os municípios de Santo Augusto, São Valério do Sul, Catuípe, Nova Ramada, Inhacorá e Ijuí. Município com uma população atual de 3.913 habitantes (IBGE, 2022), onde a região é caracterizada por uma forte presença da agricultura familiar, com propriedades de pequeno e médio porte que se dedicam a diferentes atividades agrícolas e pecuárias.

A figura 6 demonstra o mapa de Chiapetta e a localização dos municípios no entorno de Chiapetta. A densidade demográfica é outro fator que devemos destacar

na cidade, pois conta com uma densidade demográfica de 9,85 habitantes por quilômetro quadrado.

Figura 6. Dados sobre o município de Chiapetta.



Fonte: IBGE, 2023.

Fonte: IBGE, 2014.

Fonte: IBGE, 2023.

Sua estrutura fundiária denota grande concentração de terras, onde 92% do número de propriedades possuem até 80 ha, tampouco ocupam apenas 27% da área total do município. A criação de três assentamentos rurais no território aguça os índices de concentração fundiária, já que introduziu mais 150 lotes com áreas aproximada de 12 ha por família (RIGO E PÖRSCH, 2022).

A economia do município é baseada principalmente na produção agropecuária (80%). Na agricultura, o cultivo de grãos (soja, milho e trigo) imprime fortemente a linha desenvolvimentista, em área e abrangência de produtores. Na atividade pecuária, a produção de leite ainda se mostra uma das principais atividades de ocupação da mão-de-obra familiar residente no meio rural (próximo a 100 famílias, 70% presentes nos assentamentos de reforma agrária), com a contribuição de 1,4 milhões de litros ao mês, segundo os dados da EMATER/ASCAR (2019).

No município de Chiapetta o programa foi implementado se utilizando de uma Lei Municipal (Nº 245/2001) que previa o fornecimento de uma cesta básica para os

servidores, bem como o amadurecimento da política nacional “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”, onde ficou acordado que a cesta básica dos servidores municipais de Chiapetta- RS, seria composta com a aquisição de 30% de produtos oriundos da Agricultura Familiar.

Segundo a EMATER o PAASP foi uma consequência de várias outras ações coordenadas pela ATER, que devem ser identificadas para melhor compreender as motivações e os elementos sociais que formataram esta proposta de compra institucional (ações de apoio ao fortalecimento da feira; projeto das estufas, debate público e construção da Consulta Popular para Agroindústrias, etc.).

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Políticas Públicas e agricultura familiar no Brasil**

O termo "política pública" teve sua origem e disseminação nos Estados Unidos na metade do século XX. Devido à complexidade desse tema, suas definições variam consideravelmente. Para compreender esse conceito, várias abordagens teóricas são utilizadas, baseando-se nos principais pioneiros desse campo, tais como, Harold Dwight Lasswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton (SABATIER, 2007; HILL, 2009).

Inicialmente, a expressão *policy analysis* - análise de política pública - apresentado por Laswell em 1936, onde o objetivo era integrar o conhecimento científico e acadêmico às iniciativas governamentais, ao mesmo tempo, em que estabelecia conexões entre cientistas, grupos de interesse, e o próprio governo (ARAÚJO; RODRIGUES, 2021).

O desenvolvimento e a formalização de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar teve origem em resposta a movimentos sindicais e à pressão dos próprios agricultores, visando garantir a inclusão e a participação desses agricultores nos mercados comerciais, bem como fortalecer o setor da agricultura familiar no cenário social do Brasil (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Tais fatores desempenharam um papel significativo na formulação de políticas públicas, iniciativas e programas que estabeleceram uma relação próxima entre o governo e as necessidades do setor agrário. Nessa perspectiva, Hening e Santos (2016, p. 261) afirmam que “as políticas públicas se tornam instrumentos do governo



para intervir em vários setores da economia e da sociedade, como exemplo podemos utilizar o caso da agricultura”.

No contexto das políticas públicas no Brasil, a agricultura familiar e os assentamentos agrários têm sido temas de grande relevância. No entanto, a agricultura familiar enfrenta alguns obstáculos. Como apontam Bezerra e Schlindwein (2017), onde a maioria dos agricultores familiares possui parcelas de terra relativamente pequenas e, em geral, não conseguem subsistir unicamente com os lucros gerados pela sua produção agrícola, tornando necessária a busca de outras fontes de renda.

Conseqüentemente, os agricultores que compõe a agricultura familiar encontram-se entre os segmentos mais suscetíveis à pobreza e à insegurança alimentar, uma vez que enfrentam uma pressão significativa do mercado, que prezam pela produção em grande escala, algo que o agricultor familiar, por si então, não consegue acompanhar (Cappelli & Cini, 2020). Isso destaca a necessidade de políticas públicas eficazes que possam ajudar a equilibrar essa desigualdade e apoiar a sustentabilidade da agricultura familiar no Brasil.

Se tratando da agricultura familiar, seus benefícios vão além dos aspectos econômicos e sociais, pois apresenta vantagens ambientais significativas em comparação a outros formatos de produção, como o agronegócio. A agricultura familiar demonstra uma capacidade notável de proteger a biodiversidade e de possibilitar uma multiplicidade de atividades produtivas, como os sistemas agroextrativistas, na conservação do meio ambiente e na promoção da sustentabilidade a longo prazo (SILVA, 2015).

Além disso, os desafios globais, como as mudanças climáticas, a poluição do solo e da água, bem como a perda da biodiversidade, têm gerado pressão pela adoção de um modelo produtivo que seja capaz de maximizar a produção, minimizar os impactos no meio ambiente e, ao mesmo tempo, gerar benefícios sociais e econômicos (ROSE et al., 2021). Nesse contexto, a agricultura familiar se destaca como um modelo que promove a sustentabilidade, uma vez que muitas vezes é caracterizada por práticas agrícolas de baixo impacto ambiental, uso eficiente de recursos naturais e manutenção de ecossistemas saudáveis.

Todavia, mesmo reconhecendo esse relevante papel da agricultura familiar, as políticas públicas direcionadas ao fortalecimento desse setor no Brasil, seguem frequentemente uma abordagem semelhante à União Europeia, e muitas vezes

demonstram ser ineficazes na promoção do equilíbrio econômico nas pequenas propriedades (GUTH et al., 2022).

A partir de novos programas e da caracterização da agricultura familiar, o estado passou a atuar em diversas frentes que historicamente foram pautas de reivindicações dos movimentos sociais rurais, como crédito, seguro, mercado, infraestrutura, alimentação, habitação (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017).

Com o Decreto n.º 9.064, de 31 de maio de 2017, estabeleceu que as políticas públicas para agricultura familiar considerassem a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), os empreendimentos familiares rurais, as formas associativas de organização da agricultura familiar e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) (BRASIL, 2017).

## 2.2 Assistência técnica e extensão rural (ATER) no Brasil

A extensão rural no Brasil teve seu início na década de 1940, mais precisamente em 1948, com a instituição da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) no estado de Minas Gerais (MG). A criação da ACAR foi resultado de convênios firmados entre o Brasil e os Estados Unidos (EUA), por meio da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA), uma entidade filantrópica associada à família Rockefeller. Esse marco histórico marca o surgimento da extensão rural no país e seu início como um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento da agricultura brasileira (FONSECA, 1985).

O modelo de extensão rural inicialmente previsto em Minas Gerais foi posteriormente difundido para todos os estados do Brasil. Nesse período, a extensão rural tinha como objetivo principal estabelecer as bases para a modernização do setor agrícola no país. Entre as décadas de 1950 e 1970, ocorreu uma fase de estruturação desse serviço em todo o território brasileiro. Durante esse período, a extensão rural foi fundamental na disseminação de conhecimentos, tecnologias e práticas agrícolas, promovendo o aumento da produtividade e da eficiência na agricultura brasileira.

Durante o início da Ditadura Militar, em 1955, foi criada a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), com o propósito de coordenar o serviço de assistência técnica e extensão rural em todo o país. Em 1977, foi criada a

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)<sup>3</sup>, que passou a desempenhar um papel importante na oferta de serviços de ATER para agricultores em diversos estados brasileiros. No ano de 1975, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi instituída visando substituir a ASCAR. No entanto, a EMBRATER foi extinta em 1990, e a responsabilidade pelos recursos e serviços de assistência técnica e extensão rural passou a ser gerida pelos estados. (PEIXOTO, 2008).

De acordo com Peixoto (2008) até a década de 1980, a extensão rural no Brasil tinha como principal foco o apoio à modernização da agricultura. Nesse período, sua abordagem fundamental era a transmissão de conhecimento, na qual profissionais técnicos atuavam diretamente no campo. A metodologia de difusão de inovações desempenhou um papel central nesse contexto, sendo seu principal mentor o sociólogo norte-americano Everett Rogers. Essa abordagem visava disseminar novas tecnologias, práticas e conhecimentos para os agricultores, buscando aumentar a produtividade e eficiência no setor agrícola.

Na década de 1980, questionamentos em relação aos impactos negativos da difusão de inovações na extensão rural no Brasil deram origem a um movimento de recompensar essa abordagem. Esse movimento, destacado por Caporal (2007), foi influenciado pela obra "Extensão ou Comunicação?" de Paulo Freire, publicado em 1985. Nesse contexto, a extensão rural passou a ser detalhada como um processo educativo destinado a promover a autonomia das comunidades rurais.

Seguindo a perspectiva de Paulo Freire (1985), a extensão rural passou a ser conduzida por meio de metodologias participativas, e os extensionistas desempenhavam um papel de mediadores do conhecimento. Essa abordagem buscou capacitar as comunidades rurais para serem atores ativos no seu próprio desenvolvimento, envolvendo-as no processo de tomada de decisões e promovendo a participação efetiva.

Essa mudança de perspectiva aconteceu em um contexto histórico marcado pela abertura democrática e pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que fortaleceu os direitos das populações rurais e a importância da participação comunitária na formulação de políticas públicas (Reisdörfer, 2013). Tal abordagem

---

<sup>3</sup> A EMATER/RS foi criada em 1977, a partir da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) fundada em 1955 com a finalidade de atuar diretamente com as famílias do meio rural do estado do Rio Grande do Sul. A EMATER/RS e ASCAR atuam com base no Protocolo Operacional de Ação Conjunta, firmado em 18 de dezembro de 1980.

educativa e participativa marcou uma transformação significativa na extensão rural brasileira.

A partir dos anos 2000, o apoio estatal à política de Extensão Rural no Brasil começou a crescer gradualmente, ganhando mais destaque a partir de 2003, quando o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) assumiu a responsabilidade por essa função, como demonstrado por Peixoto (2020).

O avanço se tornou mais significativo em 2005, com a publicação da primeira versão do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). O PRONATER tinha como objetivo implementar as diretrizes condicionais no documento inicial de criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER<sup>4</sup>), que foi publicado em 2004.

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que deve promover processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (BRASIL, 2010, p. 9).

Na lei de ATER, agricultor familiar é definido como o público a ser atendido. Por sua vez, o conceito de agricultura familiar foi modificado pela já mencionada Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 9.064, de 31 de maio de 2017, considerada como Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, modificado, na sequência, pelo Decreto n.º 10.688, de 2021, da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

Assim, o público que pode ser beneficiado pelas políticas públicas são aqueles produtores: a) que detenham uma área com até quatro módulos fiscais; b) que utilizem, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento ou do empreendimento; c) que, pelo menos, metade da renda familiar seja proveniente de atividades econômicas do seu estabelecimento ou

---

<sup>4</sup> A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) é uma política pública com o propósito de promover a melhoria das condições de vida da população rural no Brasil, apoiando o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas para a política de industrialização do país

empreendimento; e d) que estejam inseridos nas categorias de extrativistas, pescadores, povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e demais comunidades tradicionais (BRASIL, 2017; BRASIL, 2021).

## 2.3 Fundamentos da sistematização de experiências

### 2.3.1 Origem da Sistematização de Experiências

A Sistematização de Experiência é uma prática que tem como origem o país do México na década de 1980 e foi proposta como uma práxis de educação popular, onde em um primeiro momento quem fazia o uso desta ferramenta eram profissionais vinculados ao Centro de Estudos do Terceiro Mundo (Ceestem) que começaram a sentir a necessidade de recuperar e comunicar experiências sobre as quais vinham trabalhando por um período, e estas vivências sistematizada poderia ser um canal de comunicação de informações que demonstra lições que não estavam sendo devidamente divulgadas e tampouco replicadas (ECKERT, 2007). Este é um período em que as organizações de educação popular começaram a teorizar e a implementar iniciativas de experiências que, a princípio, se aplicam sobretudo aos programas de educação popular e nesta vivência que trabalhavam (PLANELLS, 2002).

### 2.3.2 Objetivos da Sistematização de Experiências

A sistematização de experiência tem por objetivo ser uma ferramenta que dispõem de um método que está embasado na perspectiva de JARA (2006), que define a sistematização como sendo uma “interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e porque o fizeram desse modo” e busca ser visto como uma ferramenta de aprendizado.

Diversos autores que trabalham com a metodologia de sistematização de experiência, afirmam que a reflexão proporcionada pela sistematização de experiências se baseia na proposta de organizar, ordenar e sistematizar as informações históricas e concretas de uma realidade social onde, por algum motivo, estavam desordenadas e dispersas.

O processo de elaboração da sistematização de experiências deve ser reflexivo e crítico, de modo a proporcionar (re)discussão da prática dos atores

envolvidos, bem como geração de novos conhecimentos por aqueles que realizam a sistematização.

### 2.3.3 O sentido da Sistematização de Experiências

O processo de elaboração da sistematização de experiências deve ser reflexivo e crítico, de modo a proporcionar (re)discussão da prática dos atores envolvidos, bem como geração de novos conhecimentos por aqueles que realizam a sistematização.

Desse modo, a extensão rural e a extensão universitária objetivavam promover processos de formação de conhecimento que utilizam a realidade social como promotora de conhecimento, utilizando para isso a sistematização de experiências como instrumento metodológico. Neste sentido, o resultado da SEPER é uma importante fonte de conhecimento para os extensionistas rurais e para a comunidade universitária. Ao conhecer mais profundamente as realidades sociais, a Extensão Rural tem capacidade de colaborar para a solução de problemas antes não percebidos, para ser possível promover processos de desenvolvimento que auxiliem na melhoria da vida das famílias de agricultores, bem como, contribuir na formação acadêmica, a partir da relação da Universidade com a realidade do rural através da ação extensionista, compreendendo que na Universidade é capaz de proporcionar processos de reflexão sobre as práticas de ensino, a promoção do conhecimento e o aprimoramento da relação comunitária.

## **3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### 3.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA Nacional foi criado em 02 de julho de 2003, por meio da Lei N° 10.696 (Brasil, 2003), com objetivo principal garantir a compra direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar, contribuindo para a geração de renda no campo e para o combate à fome e à pobreza. O programa estabelece parcerias com entidades governamentais e não governamentais, que adquirem os alimentos dos agricultores familiares e destinam para instituições sociais, como escolas, hospitais, presídios e abrigos.

De acordo com Grisa et al. (2011), o PAA é o resultado da convergência de dois eventos que se desenrolaram na década de 1990: a luta contra a fome e a

promoção da segurança alimentar e nutricional da população, juntamente com o reconhecimento da Agricultura Familiar como uma categoria social pelas políticas governamentais.

O Decreto n.º 7775, de 4 de julho de 2012, regulamenta e institui o PAA, que tem as seguintes finalidades:

- I –Incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II –Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III –Promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV – Promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar e o abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V –Constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI –Apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII –Fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII –Promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional;
- IX –Estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012, Art. 2).

A partir desse contexto, o governo adquire alimentos produzidos pela agricultura familiar, utilizando a modalidade de dispensa de licitação. Essas compras são realizadas com base nos preços dos produtos no mercado regional (BITTAR, 2021), o que permite que os agricultores familiares tenham uma forma direta de escoamento de sua produção, promovendo assim a inclusão de produtos na alimentação pública e fortalecendo a agricultura familiar no país.

Em 2019, um total de R\$41 milhões foi alocado para diversas modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, dos quais R\$31,98 milhões foram direcionados para compras com doação simultânea. O sucesso dessa modalidade em comparação com demais pode ser atribuído ao seu desenho e às suas características singulares, por conta da viabilização da comercialização de produtos típicos da agricultura familiar, tais como hortaliças, frutas, doces, biscoitos caseiros, entre outros. Esses produtos são adquiridos por organizações fornecedoras e, posteriormente, entregues às Unidades Receptoras (CONAB, 2020).

O PAA desempenha um papel importante nas políticas de Segurança Alimentar e faz parte do Plano Safra voltado para a Agricultura Familiar no Brasil. A implementação do programa envolve diversos órgãos, com destaque para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estados e municípios. O PAA tem a dupla função específica de contribuir para a formação de estoques de alimentos e fortalecer o abastecimento alimentar. Além disso, promove circuitos de comercialização locais e regionais, valoriza a biodiversidade e estimula a produção com princípios agroecológicos.

Em termos operacionais, o PAA é composto por seis modalidades, sendo a Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra com Doação Simultânea, Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite, Compra Institucional e, mais recentemente, a modalidade Aquisição de Sementes (MAPA, 2010).

### 3.2 PAASP em Chiapetta

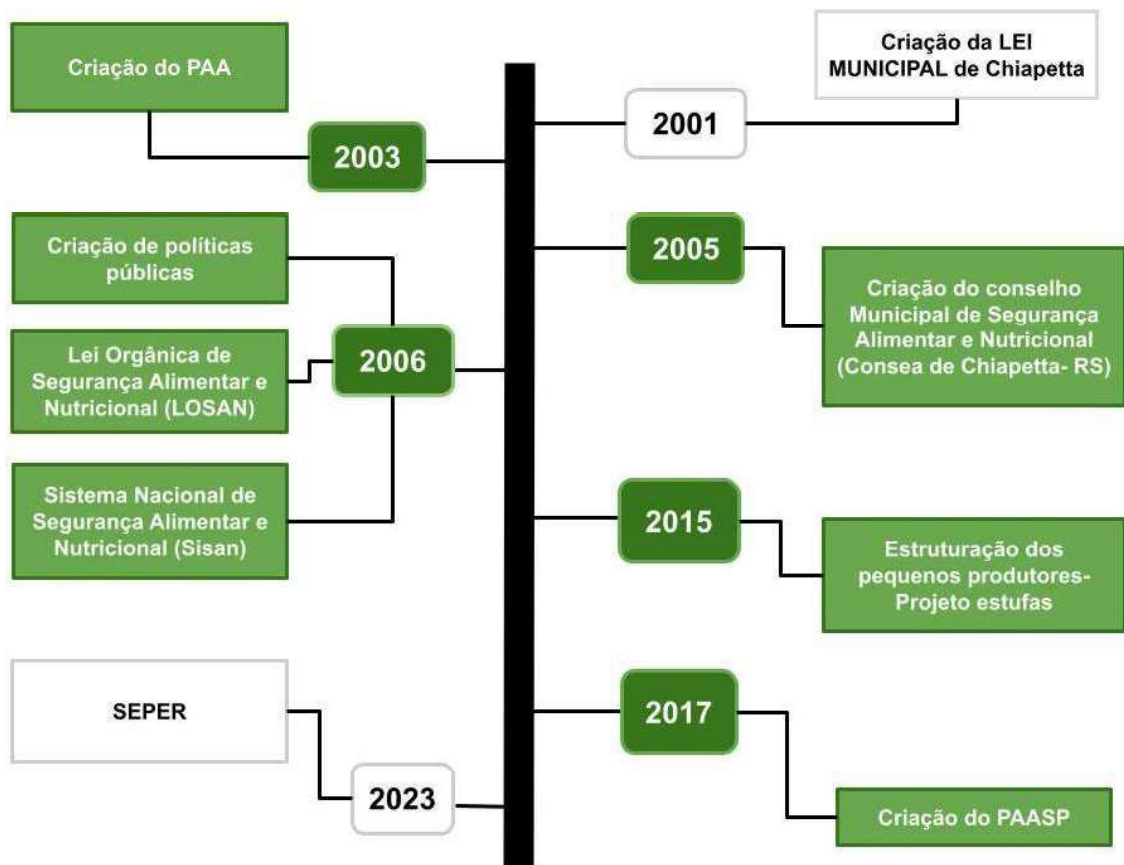
Conceituado como uma Política de Compra Institucional assumida pela administração pública municipal, o PAASP é fruto de um conjunto de outras ações de apoio à agricultura familiar de Chiapetta e que desencadearam na formatação atual do programa.

Nesta direção, os atores responsáveis reconhecem que o PAASP é uma política pública que se alimenta da experiência nacional do PAA, instituída em 2003, sendo esse um dos elementos que contribui para a própria existência do programa ao nível municipal e, que da mesma forma, ações continuadas da ATER se configuram em estruturas basilares para gênese da intervenção a ser sistematizada.

Sobre esse caminho, de compreender as “entrelinhas” da orientação da ATER, antes, durante e depois da criação do Programa PAASP foi possível identificar o esforço de vários agentes, pessoas e instituições, como pode ser observado no esquema (figura 07) gerado a partir da ferramenta Linha do Tempo.



Figura 7. Linha do Tempo do PAASP



Fonte: A autora, 2023

Criado pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02 de julho de 2003, o PAA é uma política nacional, que visa promover a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para abastecer órgãos públicos, instituições sociais e programas de segurança alimentar. O PAA representa o início de uma estratégia governamental para valorizar a agricultura familiar e garantir o acesso à alimentação adequada para a população.

A Lei Municipal n.º 245, de 28/08/2001, autoriza a concessão de uma cesta básica de alimentos aos servidores municipais de Chiapetta, Rio Grande do Sul. Esta lei estabelece que tanto os servidores ativos quanto os inativos, além dos membros do Conselho Tutelar, Agentes Comunitários de Saúde e contratados do município, têm direito a receber mensalmente uma cesta básica de alimentos. O Art.1º dessa lei diz que “Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder,

uma Cesta Básica de Alimentos, com até trinta quilos, a cada servidor integrante dos quadros de pessoal do município”.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) de Chiapetta/RS foi criado no dia 11 de março de 2005 a partir da Lei Municipal 390, constituindo-se como um espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes de políticas e ações na área de segurança alimentar. O Consea desempenha um papel importante na construção de políticas e programas que visam a garantia do direito à alimentação adequada e saudável.

Nacionalmente, o ano de 2006 foi marcado pela criação de políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Destaca-se a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006, cujo objetivo é garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável para toda a população brasileira. A LOSAN leva à criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006, um conjunto de ações e programas que visam promover a segurança alimentar e nutricional em todo o país.

Segundo o escritório municipal da Emater, mesmo com muito esforço da ATER, até 2015, poucas famílias se desafiavam a produzir alimentos para venda, ficando restrito apenas ao autoconsumo familiar e por muito tempo a FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR oscilava com poucas famílias. Isso pode ser verificado nos registros de ATER, com várias ações individuais e coletivas registradas para fortalecimento da feira e da produção de alimentos.

Neste sentido, é percebido que em 2015 ocorreu a implementação do “projeto estufas”, a partir do apoio da EMATER. O projeto tinha o objetivo de estruturar os pequenos produtores rurais, especialmente aqueles que cultivavam hortaliças, mas também estava aberto para novos agricultores familiares interessados em diversificar sua produção agrícola. O projeto das estufas surgiu como uma alternativa para os assentados da região que não tinham uma estrutura adequada para começarem a produção. Também tinha o intuito de estimular a matriz produtiva do município que antes do programa só havia produção de soja e leite.

Foram distribuídas cerca de dez estufas para os agricultores participantes, proporcionando melhores condições de cultivo, proteção contra intempéries e aumento da produtividade. No entanto, conforme o projeto das estufas progredia,

tornou-se evidente que havia um desafio a ser superado: a comercialização dos produtos agrícolas. Embora a produção estivesse em crescimento, a falta de canais de comercialização eficazes poderia limitar o sucesso do projeto e a renda dos agricultores familiares.

Segundo a EMATER, outro instrumento que pode ser citado é a mudança de direção da consulta popular e do apoio às agroindústrias familiares que apresentou um impacto notável no município. Diante disso, foi possível promover a construção e legalização das primeiras quatro agroindústrias familiares no município, algo que não ocorria há mais de 60 anos desde a emancipação da região. Hoje, com orgulho, o município conta com seis agroindústrias formalmente condicionais e mais três em processo de regularização.

No ano de 2017, o poder executivo municipal de Chiapetta implantou o Programa de Aquisição de Alimentos para Servidores Públicos através da LEI MUNICIPAL n.º 245, DE 28/08/2001. O PASSP visa “incentivar a permanência de pequenos agricultores familiares no campo, dando alternativas de produção e garantia de mercado aos produtos cultivados. Fazer com que os recursos destinados aos programa fiquem e circulem no município, beneficiando, indiretamente, mais pessoas, ao mesmo tempo, em que promove a sustentabilidade ambiental, estimulando práticas alimentares e estilos de vida mais saudáveis aos servidores”.

Já no final de 2017, o PAASP foi oficialmente criado e implementado no município de Chiapetta. A política previa a compra de itens da unidade de produção agrícola e agroindústrias familiares para compor a cesta básica, que seria entregue gratuitamente aos servidores públicos municipais.

Diante disso, a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos para Servidores Públicos surge como um acontecimento essencial para o sucesso de empreendimentos como a construção de agroindústrias e a instalação de estufas no município. Antes da existência de políticas públicas como o PAASP, a concretização dessas iniciativas enfrentou obstáculos consideráveis, desde a incerteza de mercado até a falta de incentivos financeiros e estratégias de comercialização. É evidente que, sem uma política pública robusta e estruturada, esses empreendimentos não teriam alcançado seu pleno potencial. O PAASP, ao se tornar uma realidade no município, proporcionou um ambiente favorável para o desenvolvimento dessas práticas, oferecendo não apenas suporte financeiro, mas também revelou-se essencial para o sucesso e continuidade dessas iniciativas, demonstrando a

importância de abordagens integradas e sustentáveis para o fortalecimento da agricultura local.

A experiência iniciou-se com a identificação e inscrição dos agricultores familiares do município interessados em participar do programa. A prefeitura municipal, em parceria com entidades locais, realizou um levantamento para mapear os agricultores que se enquadram nos critérios de elegibilidade do PAASP (Klipstein, 2022). Uma vez identificados os agricultores familiares, foi realizada uma capacitação para orientá-los sobre os procedimentos e requisitos para a participação no programa.

Os produtores participam da cesta básica por meio de uma chamada pública publicada a cada quatro meses. A entrega da cesta básica acontece mensalmente, sempre na segunda sexta-feira de cada mês. O número de servidores aptos a receber a cesta básica varia conforme alguns critérios específicos, como, por exemplo, servidores que não cumprem no mínimo 20 dias de trabalho não estão aptos para receber, sendo assim não tem um número fixo de servidores aptos a receber a sendo.

Um aspecto fundamental a ser destacado é a abordagem única adotada pelo PAASP em relação à entrega dos produtos. Em contraste com os itens adquiridos por meio de licitação no mercado, que normalmente são entregues em embalagens padronizadas, o PAASP estabelece o requisito de que os agricultores entreguem as cestas diretamente aos servidores públicos. Essa abordagem tem um propósito significativo, que vai além da simples distribuição de alimentos, mas sim que os servidores conheçam a origem dos alimentos que estão recebendo e, ainda mais importante, quem os produziu.

Os principais alimentos que compõem a cesta básica do PAASP no município de Chiapetta estão no quadro 01 e 02 respectivamente. Com isso, fica evidente a diversidade de alimentos produzidos e comercializados pelos agricultores familiares para o programa.

Quadro 1- Alimentos entregues no PAASP em 2023.

<b>ITENS BÁSICOS</b>	
<b>Grãos</b>	Arroz e feijão.
<b>Carboidratos</b>	Farinha de milho e trigo.

<b>Sais minerais</b>	Sal de cozinha.
<b>Açúcares</b>	Açúcar.

Fonte: A autoria, 2023

Quadro 2 - Itens da UFPA que compõem a cesta básica do PAASP 2023.

<b>ITENS ADQUIRIDOS DA UFPA</b>	
<b>Olerícolas</b>	Mandioca, alface, ovos, tomate, rabanete, rúcula, beterraba, cenoura, pepino, cebola, batata-doce e moranga.
<b>Carboidratos</b>	Massa; bolacha e cuca caseira.
<b>Proteína</b>	Ovos, filé de peixe, galinha caipira.

Fonte: A autoria, 2023

Nos quadros 1 e 2, fica claramente evidenciada a diversidade de alimentos que o PAASP disponibiliza para seus beneficiários, desempenhando, assim, um papel crucial no aumento da segurança alimentar na região. De acordo com Bocchi et al. (2019), segurança alimentar é a garantia de todas as dimensões que inibem a ocorrência da fome.

O grupo com a maior quantidade de alimentos foi o das olerícolas. Isso se deve ao fato de que esses produtos têm ciclos de produção mais curtos, tornando-os mais atrativos para os agricultores. Além disso, a chamada pública tem uma duração de 4 meses, o que proporciona o tempo necessário para o cultivo e a oferta desses alimentos. Segundo Maier (2015), para a agricultura familiar, a produção de frutas e hortaliças oferece uma excelente alternativa de cultivo, já ocupam uma pequena área, possuem ciclos curtos, permitindo um rápido retorno do capital investido. Isso torna essas atividades especialmente atrativas para os agricultores familiares, contribuindo para sua subsistência e a geração de renda.

Nas UFPA que participam do PAASP, é comum a produção de alimentos específicos direcionados para o programa. Cada unidade se dedica ao cultivo ou produção de um tipo de alimento, visando à composição conjunta da cesta que será entregue aos servidores públicos. Essa prática também representa uma estratégia de organização da produção, onde cada unidade familiar pode se especializar

naquilo que produz de melhor, otimizando seus recursos e obtendo maior eficiência em sua produção.

### 3.4 Práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural para a consolidação do PAASP

No processo de sistematização do PAASP em Chiapetta, foram identificadas diversas práticas de extensão rural que desempenham um papel fundamental no apoio aos agricultores familiares participantes. Essas práticas abrangem uma série de áreas e contribuem para o sucesso e sustentabilidade do programa.

Uma das principais práticas de extensão é a assistência técnica e capacitação oferecida pelos extensionistas rurais da EMATER. Eles desempenham um papel crucial na construção de conhecimento adaptado para os agricultores, fornecendo orientações sobre técnicas agrícolas modernas, manejo de culturas e práticas sustentáveis. Essa capacitação ajuda os agricultores a melhorar a qualidade de suas produções e aumentar sua produtividade, tornando-os mais aptos a fornecer alimentos de qualidade para o PAASP. Como relatou o agricultor Leandro Klipstein:

A importância da EMATER é o suporte técnico, o planejamento de tu produzir, quanto de adubação tu vai por, quanto de semente utilizar, qual o dia melhor para plantar” e também a agricultora Terezinha Klipstein “Eles sempre estão ali, caso a gente precise de alguma coisa, de um projeto, de qualquer coisa, eles sempre estão ali estendendo a mão para a gente, sempre né.

Segundo Janavio, técnico extensionista da EMATER/ASCAR do município, comentou um pouco sobre o papel da EMATER: “O nosso papel sempre foi de articulação, nós ajudamos o grupo se estruturar, a montar os projetos de venda para o município, então um pouco é esse o nosso papel nesse processo”.

Essa prática foi relatada por alguns agricultores como o André que possui uma agroindústria de ovos que relatou: “Desde do início a EMATER teve presente na agroindústria auxiliando na documentação da criação da própria agroindústria até hoje na questão de auxílio de documentação para a entrega da cesta básica”.

O Seu Ivonei, produtor local de hortaliças, também explicou como os extensionistas rurais facilitaram o processo de seleção para o PAASP:

O processo de inscrição para entregar o nosso produto, na cesta básica, pode ser complicado. Mas os extensionistas da EMATER estavam lá para nos ajudar. Eles nos ajudaram a organizar a papelada, e a calcular a quantidade da produção necessária que nós teria que entregar naquele mês. Foi um alívio poder contar com esse apoio.

E o Seu Alcídio outro produtor de hortaliças, destacou a importância do apoio da extensão rural em sua produção (figura 8): “A participação da EMATER tem que aplaudir, a EMATER deu muitas mãos, vou te contar, daí quando precisa fazer um projeto a EMATER ta ali, uma chamada pública a EMATER faz, é uma grande coisa, auxiliam”.

Figura 08. Seu Alcídio produtor de hortaliças.



Fonte: A autoria, 2023

Em resumo, as práticas de extensão rural desempenham um papel multifacetado e essencial no apoio aos agricultores familiares no âmbito do PAASP em Chiapetta. Todas as propriedades assessoradas pelos técnicos da EMATER possuem uma placa para identificar esse apoio que recebem, apresentada na figura 9.

Figura 9. Placa de identificação da EMATER.



Fonte: A autoria, 2023

### 3.5 Perspectiva dos envolvidos (extensionistas, produtores e servidores públicos) sobre a existência da política pública de aquisição de alimentos no município de Chiapetta

A implementação do PAASP no município de Chiapetta trouxe perspectivas e vantagens valiosas de diversos atores envolvidos, incluindo extensionistas rurais, produtores familiares e servidores públicos.

Os extensionistas rurais, responsáveis por fornecer assistência técnica aos agricultores familiares, consideram o PAASP como uma oportunidade única de fortalecimento. Como comentou o Rigo, técnico extensionista da EMATER:

Uma política pública muito inteligente no nosso ponto de vista que ao mesmo tempo que fomenta a produção local, estimula os agricultores, compram da agricultura familiar, movimentam o comércio local. O programa também pode ser um trampolim/uma ferramenta para uma maior organização da agricultura familiar, seja para acessar outros mercados locais e regionais bem como para impulsionar outras famílias a produção de alimentos.

Segundo o Rigo que também comentou sobre a importância dos produtos que são ofertados aos servidores públicos:

Beneficia os agricultores familiares e ao mesmo tempo qualifica de maneira muito interessante a alimentação dos nossos servidores, uma vez que estão recebendo produtos produzidos no local, boa parte da nossa produção é uma produção agroecológica, muitos deles já atingiram a certificação de produtos orgânicos, então é um alimento muito nobre.



Os produtores familiares, que são base do PAASP, também têm suas perspectivas sobre o programa, seu Ivonei, produtor de hortalça, ressaltou:

Poder participar da entrega da cesta básica fez uma grande diferença para nós. Antes, tínhamos dificuldades em encontrar mercado para nossos produtos. Agora, sabemos que a prefeitura é um comprador certo e isso nos dá segurança.

A Dona Terezinha Klipstein outra produtora de hortalça, compartilhou a sua perspectiva sobre o programa (figura 10):

É uma fonte de renda que tu tem e pode dizer “vou fazer um compromisso”, que chegou no dia e tu tem o teu dinheirinho é uma renda a mais né. Que assim, vendendo assim, tu nunca sabe o que entra, não entra e com essa daí da cesta a gente consegue se manter melhor. É uma renda fixa né e é bom para a gente e para os funcionários também porque ganham produto fresquinho, colhido na hora, não é murcho, não é nada.

Figura 10. Dona Terezinha produtora de hortalças.



Fonte: A autoria, 2023

O André Fonseca, sócio proprietário da agroindústria de ovos, também ressaltou sua experiência com o programa:

A nossa agroindústria começou em 2017 e com aproximadamente 500 animais e graças a entrega da cesta básica a gente pode ter essa programação de produção e ter uma renda fixa que a gente pode contar, e assim aumentar a quantia, hoje nós temos aproximadamente 1000 aves.

Seu Alcídio, produtor de repolho da região, expressou que teve aumento de renda com o programa:

Minha renda aumentou bem com esse programa aí. Mas é uma boa ideia essa do governo e dos prefeitos de pegar isso aí, porque ele incentiva, muita gente produz e vai vender onde? Porque vem muita gente de fora e

assim esse programa ali, esse negócio é garantido, é muito bom, é excelente.

Os servidores públicos que recebem as cestas básicas do PAASP também têm suas perspectivas, como a Simone Regina, secretária de educação do município de Chiapetta, relatou:

Esse programa da cesta básica pros funcionários municipais tem uma importância muito grande né, principalmente os produtos da agricultura familiar, além de ajudar os nossos pequenos agricultores, ajuda os funcionários municipais com os produtos orgânicos né, produtos de ótima qualidade, nós recebemos massa, salada frutas, ovos né, então faz toda diferença na cesta básica dos funcionários municipais do município de Chiapetta.

Dona Sônia da Silva, uma das funcionárias públicas do município, enfatizou como o PAASP beneficia toda a comunidade:

Não são apenas os servidores públicos que ganham com o programa. Os agricultores familiares locais também prosperam, e isso tem um efeito positivo em nossa economia e na vida de todos.

A Marlise, agente de endemias, expressou sua opinião em relação ao PAASP:

A importância da cesta básica para nós é um complemento do nosso salário muito importante que agrega muito os valores do nosso dia a dia. A parte mais importante que eu pelo menos acho é a cesta básica da agricultura familiar devido aos produtos orgânicos que vem e aos produtos coloniais, as massas, vinha cuca, vinha produtos caseiros assim que a gente no dia a dia não dá tempo de fabricar em casa. Muito importante para evitar que as pessoas vão embora daqui do nosso município porque muitos deixam de ficar no município por causa, devido a não ter trabalho, então a agricultura familiar está fazendo com que muitos jovens fiquem em nosso município.

Essas diversas perspectivas refletem o sucesso do programa em atender às necessidades e interesse de todos os envolvidos.

### 3.6 Impactos do PAASP

Os resultados e impactos da sistematização das práticas de extensão rural no Programa de Aquisição de Alimentos para Servidores Públicos (PAASP) de Chiapetta são abrangentes e significativos, abordando várias dimensões da agricultura familiar, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural. Abaixo, encontram-se destacados os principais resultados e impactos deste trabalho:

**Fortalecimento da Agricultura Familiar:** Poder vender seus produtos mensalmente para a prefeitura, leva o fortalecimento da agricultura familiar em Chiapetta, fornecendo uma fonte de renda estável para os produtores locais, como foi ressaltado pelos produtores que participam do programa.

**Melhoria na Segurança Alimentar:** Cestas básicas composta por alimentos produzidos com base agroecológica, contribui para a melhoria da segurança alimentar e nutricional da comunidade.

**Estímulo à Produção Local:** A garantia de mercado para seus produtos, incentiva os agricultores a produzir mais, como também a diversificar sua produção, o que pode contribuir para a economia local.

**Redução do Êxodo Rural:** Políticas como o PAASP podem ajudar a reduzir o êxodo rural, pois oferecem aos agricultores uma alternativa de renda viável em suas áreas, sem precisar migrar para áreas urbanas em busca de trabalho. Como foi comentado por Dona Terezinha produtora de hortaliças: “Se não tivesse a feira e a cesta básica, hoje nós não tava mais morando aqui já, já tinha vendido a nossa terrinha, nós não tinha mais condições de viver aqui”.

**Desenvolvimento de Parcerias Locais:** Como a parceria entre a prefeitura, extensionistas rurais, agricultores e outros atores locais, fortalecendo a colaboração e o trabalho em equipe.

**Apoio à Agricultura Sustentável:** Os agricultores sempre são incentivados a adotar práticas agrícolas mais sustentáveis, alguns até tem o selo orgânico.

O PAASP demonstrou ser uma iniciativa com potencial para fortalecer a agricultura familiar em Chiapetta. O estímulo à produção local, a diversificação das culturas e o mercado garantido são elementos que podem criar um ambiente favorável ao desenvolvimento agrícola na região. Além disso, ao fornecer uma cesta básica diversificada e nutritiva aos servidores públicos, o programa contribui para melhorar a segurança alimentar da comunidade.

A promoção da agricultura sustentável é outra potencialidade importante do PAASP. O incentivo a práticas orgânicas e ambientalmente amigáveis pode resultar em benefícios a longo prazo, como a preservação da biodiversidade e a conservação dos recursos naturais. O programa também tem a capacidade de reduzir o êxodo rural, pelo fato de oferecer possibilidades de renda no campo, evitando que os agricultores migrem para áreas urbanas em busca de empregos.

### 3.7 Limites do PAASP

É compreensivo que no início da implementação do programa houve restrições e uma menor liberdade por parte dos servidores públicos, como:

**Desconhecimento Inicial:** Como no início os servidores públicos não tinham assimilado as informações sobre os benefícios e o funcionamento do programa, isso pode ter levado a uma certa hesitação por parte dos mesmos.

**Dúvidas sobre a Qualidade dos Alimentos:** As primeiras entregas (2017) foram uma inovação para os agricultores e consumidores. A produção em escala foi um desafio para alguns, bem como garantir um padrão nos alimentos processados como o caso da mandioca congelada. Isso gerou a criação de uma comissão coordenada pela nutricionista do município e Emater para superação dessa limitação.

**Pouca aceitação:** Logo quando o programa foi implementado não era todos os servidores que buscavam a cesta básica, alguns tinham receio, porém hoje tem 100% de aceitação.

**Acomodação:** Enquanto o programa se mostrou eficaz na geração de uma demanda estável e confiável para seus produtos, o que é altamente benéfico, houve um certo grau de acomodação por parte dos agricultores. Eles se concentraram na produção direcionada ao PAASP, mas não se aventuraram a explorar outras oportunidades de mercado na região. Em outras palavras, o PAASP poderia ter sido uma base sólida sobre a qual os agricultores poderiam diversificar suas vendas e expandir seu alcance, participando de outros mercados regionais.

Ficou evidente que no início do programa houve alguns limites como a resistência dos servidores públicos e a pouca aceitação, porém com a passar do tempo e das iniciativas que foram tomadas pela prefeitura e pela EMATER, esses desafios foram superados. Isso demonstra a resiliência e adaptabilidade do programa e da comunidade envolvida. No entanto, a questão da acomodação dos produtores ainda é algo a ser tratado com atenção.

A acomodação pode ser um desafio persistente quando se trata de programas de aquisição de alimentos, especialmente se os agricultores se tornarem excessivamente dependentes desse mercado. Isso pode criar uma vulnerabilidade, uma vez que a agricultura familiar não deve se limitar a um único comprador.

Portanto, a questão da acomodação dos produtores deve ser abordada de forma estratégica e contínua para garantir que as UFPA não dependam exclusivamente do PAASP como único mercado, assim permitindo com que os agricultores aproveitem ao máximo o potencial de mercado.

### 3.8 Potencialidades do PAASP

Esse trabalho demonstra o potencial transformador da extensão rural quando aplicado de forma estratégica e eficaz em programas de apoio à agricultura familiar. Se tornando uma das principais potencialidades, promovendo a integração da comunidade rural e urbana, criando uma ponte entre os agricultores e os servidores públicos municipais. Isso fortaleceu os laços sociais e estimulou a colaboração.

Uma principal potencialidade é que o município de Chiapetta serve de modelo para outros municípios, pois a experiência bem sucedida na integração da agricultura familiar a política de aquisição de alimentos, aliada às práticas de extensão rural, criou uma base sólida para que outros municípios considerem a adoção de estratégias semelhantes possível de ser replicada.

Já se identifica um conjunto de municípios na região estreitando e trocando informações sobre essa política pública, alguns deles já visitaram e construíram políticas semelhantes (como o caso de Tenente Portela, Vista Gaúcha e mais recentemente e em fase de formatação o município vizinho Santo Augusto) (RIGO; PÖRSCH, 2022).

Também se observa o amadurecimento e a construção de políticas permanentes de apoio à produção de alimentos e a estruturas de comercialização a nível local. Ações articuladas pela Emater/Ascar (não publicadas) sugerem que a criação de PAASP nos municípios da região Celeiro já poderia reservar mais de 6 milhões de reais/ano para compra do próprio local, impactando em outras dinâmicas de intercooperação de agroindústrias, sabores, saberes e certamente na paisagem dos municípios <sup>5</sup>(RIGO; PÖRSCH, 2022).

---

<sup>5</sup> A partir da experiência de Chiapetta, os municípios de Tenente Portela e Vista Gaúcha já construíram políticas semelhantes e outros se encontram sensibilizados e em fase de elaboração e adaptações.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao revisitar a jornada do PAASP, desde sua concepção até sua implementação e resultados, tornou-se evidente que o programa desempenha um papel crucial na promoção da agricultura familiar. Os depoimentos dos agricultores, extensionistas rurais e beneficiários finais ressaltaram não apenas os sucessos conquistados, mas também os desafios superados ao longo do caminho. A implementação do PAASP não apenas abordou a questão da comercialização de alimentos produzidos localmente, mas também criou um ciclo de apoio à agricultura familiar e ao fornecimento de alimentos de qualidade para os servidores públicos. Além de ter se tornado um exemplo brilhante de como políticas públicas podem ser moldadas conforme as necessidades e oportunidades identificadas a nível local, resultando em benefícios tangíveis para a comunidade e o desenvolvimento rural. Essa abordagem holística, que envolveu extensionistas rurais, agricultores, servidores públicos e autoridades locais, demonstra o poder da colaboração e da inovação na promoção do bem-estar da comunidade. A política inovadora em Chiapetta, como evidenciada pela sistematização da experiência, não apenas fortaleceu a agricultura familiar local, mas também aponta para uma replicabilidade em outros municípios. A cerne desse sucesso não reside apenas na estruturação do PAASP, mas na proatividade dos agricultores em buscar oportunidades e na presença de um processo articulado e colaborativo entre os diversos atores envolvidos. Isso ressalta a possibilidade de adaptação e implementação em diferentes contextos, desde que haja o engajamento dos agricultores, a articulação efetiva e o suporte institucional adequado. Essa experiência pode servir como um modelo inspirador para municípios que buscam promover a agricultura familiar e a segurança alimentar. A conclusão deste trabalho não apenas consolida os aprendizados obtidos, mas também destaca a importância de abordagens reflexivas e analíticas, como a SEPER, para transformar experiências práticas em aprendizado contínuo e impulsionar iniciativas que promovam a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M.L. **Modelos de análise das políticas públicas, Sociologia, Problemas e Práticas.** 2017, 83, p. 11-35 Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/2662>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BEZERRA, G. J., & SCHLINDWEIN, M. M. (2017). **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil.** *Interações (Campo Grande)*, 18(1), 3-15.

BITTAR, P. CCJ aprova dispensa de classificação para produtos da agricultura familiar. **Agência de comunicação da Câmara dos deputados. Brasília,** 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/795476-ccj-aprova-dispensa-de-classificacao-para-produtos-da-agricultura-familiar>. Acesso em 17 de set. de 2023

BOCCHI, C. P.; MAGALHÃES, E. S.; RAHAL, L; GENTIL, P.;GONÇALVES, R. S.A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 43, 2019.

BRASIL. Governo Federal. **Agricultura Familiar: Entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-func%20na-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos> Acesso em 28 de julho de 2023.

BRASIL. Governo Federal. **Agricultura Familiar: Entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-func%20na-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos> Acesso em 28 de julho de 2023.

BRASIL. **Decreto n. 7.215, de 15 de junho de 2010.** Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. Brasília, 2010

BRASIL. **Lei de Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acesso em: 06 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 10.688, de 26 de Abril de 2021.** Altera o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília: Congresso Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.688-de-26-de-abril-de-2021-316016356>. Acesso: 07 nov. 2023

BRASIL. **Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3cahPqL>. Acesso: 06 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.775 de 4 de julho de 2012. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm). Brasília, DF: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2012. Acesso em 17 de set. de 2023

CAPORAL. F. R. As bases para a extensão rural do futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural:** contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER, 2007

CAPPELLI, A., & Cini, E. (2020). Will the COVID-19 pandemic make us reconsider the relevance of short food supply chains and local productions? Trends in Food Science & Technology, 99, 566–567. <https://doi.org/10.1016/j.tifs.2020.03.041>



CONAB. Agricultura familiar –Programa de aquisição de alimentos –PAA: resultados das ações da CONAB em 2020. Brasília: **Companhia Nacional de Abastecimento**, 2020.

CUNHA, W, A.; FREITAS, A.; SALGADO R. J. dos S. F.. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista De Economia E Sociologia Rural**, jul.2017.

DALBIANCO, V., P.,. **A institucionalidade do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) NO/RS**. In: Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no Estado do Rio Grande do Sul / organizadores Vinicius Piccin Dalbianco... [et al.], –ljuí: ed. Unijuí, 2018.

DALBIANCO, V. P. A institucionalidade do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) NO/RS. In: **Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no Estado do Rio Grande do Sul / organizadores Vinicius Piccin Dalbianco...** [et al.], –ljuí: ed. Unijuí, 2018

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 6. ed., 129 p. 2017.

GUTH, M.; STEPIEN, S.; SMĘDZIK-AMBROŚY, Katarzyna; MATUSZCZAK, Anna. **Is small beautiful? Technical efficiency and environmental sustainability of small-scale family farms under the conditions of agricultural policy support**. **Journal Of Rural Studies**, [S.L.], v. 89, p. 235-247, jan. 2022. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.11.026>.

GRISA, C. e SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GRISA, C.; SCHMIT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S. LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para a Segurança Alimentar e Nutricional e a criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n 3, p. 34-41, 2011.

HENIG, E. V.; SANTOS, I. Â. **Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF**. Rev. Bras. Polít. Públicas, v. 6, n. 1, p. 255- 269, 2016.

Hill, M. **The Public Policy Process**. 5ª ed. Harlow: Pearson Education, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário: resultados definitivos 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 05 nov. 2023.

LEITE, S. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infra-estrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989). p. 287-313. In: MEDEIROS, L. S. et. al. **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Ed.UNESP, 1994

LIMA, J. C. R. de; SILVA, M. A. V; LUNAS, D. A. L. (Org.). **Agricultura familiar como estratégia para o desenvolvimento local: limites e potencialidades**. In: LUNAS, Divina Aparecida Leonel; CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: debates e as experiências dos NEDETs**. Goiânia: Kelps, 2018. p. 13-39.

MAIER, A. F. F. **Limites e potencialidades para a produção de frutas e olerícolas nos Assentamentos de reforma agrária da região da Fronteira do Oeste do RS. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria**, 32 p. 2015.

MAPA. Programa de aquisição de alimentos –PAA. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, 38 p.,2010

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 4. ed., 2002, 282 p.

Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento. (2020). Agricultura familiar. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agriculturafamiliar/agricultura-familiar-1>.

Acesso em: 01 nov. 2023

ORETO DE VARGAS, D.; DE AQUINO, J. R. .; DE CARVALHO, C. X. . **Assistência técnica, extensão rural e agricultura familiar no Nordeste: panorama, desempenho recente e desafios**. Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 22, n. especial, p. 1–19, 2022.

OXFAM. BRASIL. A economia do 1%. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/no-brasil-1-das-propriedades-detem-metade-da-area-rural>. Acesso em: 05 nov. 2023

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil – Uma abordagem histórica da legislação. **Textos para Discussão 48**. Brasília, 2008. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/estrutura/orgaosenado?codorgao=49/textos\\_discussao.htm](https://www12.senado.leg.br/institucional/estrutura/orgaosenado?codorgao=49/textos_discussao.htm). Acesso em: 06 nov. 2023.

PEIXOTO, M. Assistência Técnica e Extensão Rural: grandes deficiências ainda persistem. In: VIEIRA FILHO, J. E; GASQUES, J. G (Orgs.). Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020.

JARA, O, H. **Para Sistematizar Experiências**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

PLANELLIS, ANTONI VERGER L. **Sistematización de experiencias em America Latina**: uma proposta para el análisis y la recreación de la acción colectiva desde los movimientos sociales. Barcelona: Universita Autònoma, Dpto de Sociologia, 2002. 15 f.

REISDÖRFER, LARA APARECIDA LISSARASSA. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social** / Lara Aparecida Lissarassa Reisdörfer, Indaial: Uniasselvi, 2013. 186 p.

ROSE, David Christian; WHEELER, Rebecca; WINTER, Michael; LOBLEY, Matt; CHIVERS, Charlotte-Anne. **Agriculture 4.0: making it work for people, production, and the planet. Land Use Policy**, [s.l.], v. 100, p. 104933, jan. 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104933>.

SABATIER, P. A. (org.) (2007), **Theories of the Policy Process**, Boulder, CO, Westview Press

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa, Almeida, A. F. C. S., Perin, G., & Moura, I. F. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Brasília, Ipea, abr. 2022.

SILVA, M. R. **Avaliação da sustentabilidade dos agroecossistemas de agricultores familiares que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR**. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

\_\_\_\_\_. Lei no 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, p. 61, 30 dez. 2021.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção primeiros passos; 33).